



TRABALHO, ECONOMIA E SOCIEDADE: UM OLHAR HISTÓRICO/SOCIAL PARA AS GUILDAS MEDIEVAIS E A TEOLOGIA DE LUTERO

Work, economy and society: a historical/social look at medieval guilds and Luther's theology

Wilhelm Wachholz¹
Escola Superior de Teologia (EST)
Eloir Enio Weber²
Colégio Sinodal de São Leopoldo
DOI: 10.29327/256659.15.3-6

RESUMO:

A teologia de Martim Lutero é o resultado de um processo social e religioso que se desenvolveu ao longo de alguns séculos. Esse processo foi influenciado por diversas questões sociais: as guildas, que eram corporações de ofício, tiveram um papel muito importante nesta sociedade em transformação. Elas se desenvolveram em um contexto de crise de valores e de identidade social, que foi impulsionado por diversos fenômenos, contribuindo para a transição do sistema feudal agrário para o início de um sistema capitalista e urbano. Os valores que antes eram inquestionáveis começaram a ser contestados. Neste meio surgiu a Reforma Protestante cuja base compreende que a pessoa recebe a bem-aventurança pela fé e não pelas obras, ou seja, ela contrasta com a lógica praticada pelas guildas. Em suas reflexões sobre a sociedade, Lutero defendia que as pessoas cristãs viviam no mundo e testemunhavam sua fé em três esferas: *oeconomia*, *politia* e *ecclesia*. Através delas, a comunhão com Deus encontra a sua expressão existencial e, nelas, se dá, também, a reflexão sobre a ética social e a dignidade de toda a pessoa trabalhadora. O termo *Beruf*, cunhado por Lutero, traz em seu âmago a concepção de que as pessoas cristãs se tornam cooperadoras com Deus para a construção de uma nova mundanidade.

Palavras-Chave: Economias; Sociedades; Guildas; Lutero.

¹Possui graduação em Teologia pela Escola Superior de Teologia e doutorado em Teologia pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade EST, São Leopoldo/RS. Desde 2002 é professor das Faculdades EST e desde 2019 é professor titular na mesma instituição, atuando nas áreas de Teologia e História. Em 2023, assumiu a Cátedra de Pesquisa em Lutero e Luteranismo na Faculdade EST. E-mail: wachholz@est.edu.br.

² Possui mestrado em Teologia e Educação pelas Faculdade EST, pós-graduação em Teologia e Missão Urbana e graduação em Teologia todos pelas Faculdades EST. E-mail: eloir@sinodal.com.br

INTRODUÇÃO

A teologia de Martim Lutero - no que se refere às questões políticas, econômicas e sociais - é fruto de um contexto histórico. Esse contexto histórico não pode ser buscado somente no século XVI, tempo no qual Lutero produziu a sua teologia. A própria Reforma Protestante é resultante de uma fermentação social e religiosa que vinha sendo desenvolvida há alguns séculos, por isso é que se diz que a Reforma se deu no campo da Igreja, mas teve reflexos para toda a sociedade de sua época e dos séculos posteriores.

Neste contexto em transformação, as Guildas Medievais – que eram corporações de ofício nas quais as pessoas profissionais de uma determinada área se reuniam em forma de associações - tiveram um importante papel. Por um lado, elas influenciaram e, por outro, foram influenciadas pela transformação da política, da economia e da sociedade, que estava em ebulição. O fim do sistema feudal, o crescimento urbano e as crises e os colapsos pelos quais as sociedades europeias passaram nos séculos anteriores à Reforma foram decisivos na construção do contexto social que permitiu que a Reforma fosse possível.

O presente artigo busca fazer uma leitura daquilo que o sistema de Guildas representou para as sociedades desde a época da Baixa Idade Média até o desenvolvimento da indústria e do comércio (Pedrero-Sánchez, 2000, p. 162ss). As Guildas não expressam um fato isolado, mas são resultado de uma série de movimentos que revelam um retrato mais amplo das sociedades em sua época. As Cruzadas, a crise do absolutismo e do sistema feudal, a formação das monarquias nacionais e o surgimento da burguesia foram marcos importantes da ebulição social que havia naquele recorte histórico. Esses elementos foram decisivos no aceleração da transição do sistema feudal agrário, para um sistema capitalista e urbano. Com isso, todos os valores inquestionáveis até ali, passaram a ser questionados. E nessa onda, a própria teologia de Lutero ganhou impulso.

No que tange à vida em sociedade e, especialmente sobre a economia, a política e a Igreja, Lutero concebia que a pessoa cristã é inserida no mundo e nele testemunha a sua fé por meio de três estamentos: *oeconomia*, *politia* e *ecclesia*. A partir da fé, a pessoa vive da esperança na restauração pessoal e social, que levará a sociedade para viver relações humanas mais justas e éticas. Assim, Lutero entendia que o ser humano cristão é um servidor livre e, por isso, também, cooperador com Deus. A comunhão com Deus, torna a

pessoa cristã cooperadora da nova mundanidade - *Weltlichkeit* - que já se torna uma realidade a ser vivida na fé e na promessa do novo tempo (Wachholz, 2017, p. 20, 26-27).

A estrutura do presente artigo inicia com a definição e aproximação da importância social das Guildas Medievais durante a primeira metade do segundo milênio. Em seguida explora o contexto social anterior e aquele que preparou o terreno para que a Reforma fosse possível.

Por fim se revisita a teologia de Lutero nas questões específicas que envolvem as relações de trabalho, de economia e de política. E é nesse aspecto que está presente a contribuição científica desse artigo: de forma original, ele busca fazer a relação entre os movimentos sociais promovidos pelas guildas – organizadas por três categorias de pessoas: mestres, companheiros e aprendizes - e a maneira como a Reforma Protestante, teologicamente – a partir de três estamentos: Igreja, economia e política - se posicionou diante daquela sociedade. Por um lado, há inúmeros escritos que fazem estudos sobre os impactos sociais das guildas em seu tempo, igualmente há uma profusão de textos sobre as reflexões teológicas de Martin Lutero que abordam as relações de trabalho, de economia e de sociedade, mas, por outro lado, não se faz a relação direta entre esses dois temas centrais trazidos na presente pesquisa. Nesse ponto está manifesta a originalidade do artigo.

GUILDAS MEDIEVAIS: ORIGEM E DEFINIÇÃO

Inicialmente vai se explorar a origem, a história e a estrutura das Guildas Medievais a fim de compreender a influência que exerceram nas sociedades de sua época. As guildas eram corporações de ofício formadas por pessoas artesãs profissionais que se uniam em forma de associações. Elas surgiram na época chamada de Baixa Idade Média, ou seja, a partir do século X, tendo o seu desenvolvimento progressivo durante os próximos séculos – especialmente até o século XVI.

Nestas associações havia uma hierarquia muito bem definida. A cada membro integrante cabia um papel específico. As corporações se dividiam em categorias subordinadas umas às outras: “mestre” – era a pessoa que liderava todo o trabalho – “companheiros” – pessoas com mão de obra especializada no trabalho – e “aprendizes” – pessoas jovens que estavam em processo de formação. A função de mestre representava a

formação da classe dominante e de quem dependiam as outras duas. Eram chefes de pequenas oficinas, proprietárias da matéria-prima e das ferramentas. Os lucros adquiridos com os produtos fabricados e comercializados eram revertidos para esta pessoa.

Ao lado do mestre, o segundo segmento eram os companheiros, a saber, trabalhadores assalariados que já tinham terminado o processo de aprendizado. Eram as pessoas que representavam a mão de obra especializada, treinada pelos mestres. Por fim, os aprendizes, que eram iniciados na arte do ofício sob a direção do mestre. Esse último grupo não era remunerado e não gozava de direitos, apenas recebia a oportunidade de ser mentorado, ensinado sobre a prática da profissão e recebia alojamento, alimentação e vestimenta. O processo de aprendizado era necessário, uma vez que ninguém poderia ser admitido no exercício da profissão sem a garantia de capacidade (Pirenne, 1973, p. 192).

O nome “guilda” pode ter sido derivado da palavra saxã *gilden*, que denota em seu uso remoto a “pagar” ou a “ceder” ou do germânico *geld* - “dinheiro”. Na sua origem, as Guildas representavam uma oportunidade para que as pessoas que trabalhassem em cooperação pudessem ascender socialmente, ou seja, representavam uma chance real de mobilidade social³. No entanto, na medida em que o tempo as tornou mais influentes e fortes, elas passaram a aceitar somente como novos membros, pessoas que fossem filhas daquelas que já estavam na corporação ou que pudessem ganhar o patrocínio de um mestre que as aceitasse como aprendizes.

Os mestres eram frequentemente tendenciosos em relação aos parentes e as taxas de adesão eram mais altas para aqueles de fora da comunidade, de modo que muitas guildas, na verdade, passaram a produzir profissões hereditárias. Além disso, havia o fato de que o mestre era o proprietário das ferramentas e do local de funcionamento da guilda, ou seja, ele possuía os meios de produção na sua oficina. Dessa forma, as guildas, que inicialmente representavam uma oportunidade de mobilidade social, passaram a aprofundar e estabelecer de forma definitiva a divisão de classes entre proprietários e trabalhadores (Cartwright, 2018, s. p.).

³ A estrutura social que se cristalizou nessa época é analisada em: FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense. 2001. p. 83ss.

O trabalho, bem como o ensino prático da profissão era, geralmente, feito na casa do próprio mestre, que servia de moradia, de oficina e de venda dos produtos manufaturados. Em alguns burgos, as pessoas aprendizes pagavam um valor ao mestre pelo aprendizado e, por vezes, até uma taxa para o rei. As pessoas aprendizes passavam para o nível de companheira somente depois de terem feito alguma obra especial e de valor. Para isso servia a mentoria: prepará-las para exercer com aptidão a função para a qual almejavam se formar e subir para o próximo nível: de companheira. O grupo das pessoas companheiras gozava de direitos e não podia simplesmente, sem motivo, abandonar o seu mestre, mas, também, não podia ser despedida sem razão. A pessoa mestre tinha muitos privilégios, sendo alçada à função depois de muito aprendizado e experiência. Ela era a pessoa mentora em relação aos outros dois grupos. Havia uma formalidade bem grande a ser cumprida em caso de eleição para o cargo de mestre (Góes Filho, 2017, p. 39).

As pessoas mentoradas no sistema das guildas geralmente eram iniciadas desde muito jovens nos processos de aprendizagem. Cabia à família da pessoa aprendiz a escolha do mestre, o que era uma decisão bastante importante, pois a relação mestre/aprendiz, pessoa mentora e mentorada, tornava-as muito próximas. O processo de ensino-aprendizagem ultrapassava os limites da técnica do fazer, pura e simplesmente. A mentoria tinha o papel de transmitir valores éticos da profissão, incluía lições de postura e valores de ordem profissional, social e pessoal. Os mestres recebiam das famílias dos aprendizes a função de pai substituto (Sennet, 2009, p.40).

Cada guilda, com sua pessoa mestre, mantinha em sua oficina poucas aprendizes, pois a responsabilidade de mentorá-las era de valor inestimável. Ensinar a mentorada a boa prática da profissão era fundamental, pois, atribuía-se grande importância à produção de qualidade, não à quantidade. Por isso, precisava ser um produto durável, com bom acabamento e refinado. A qualidade do produto dava *status* moral à pessoa mestre e à sua oficina. A pessoa mestre da guilda, interessada em manter o bom nível da produção, exercia ação fiscalizadora sobre a aprendizagem, bem como sobre as pessoas companheiras para que os produtos do trabalho que seriam colocados à venda fossem de boa qualidade (Góes Filho, 2017, p. 40).

Praticamente todas as atividades profissionais da época tinham as suas Guildas: tecelões, alfaiates, sapateiros, ferreiros, artesãos, comerciantes, artistas plásticos entre várias outras (Neves Silva, 2024, s. p.). Desse contexto das profissões desenvolvidas nas guildas surgiram, na época, muitos dos sobrenomes de famílias, especialmente, alemãs: Weber (tecelão), Becker (padeiro), Schmidt (Ferreiro), Schneider (alfaiate) e tantos outros.

As guildas eram organizações, de modo geral, masculinas. As mulheres, naquele contexto histórico, foram tratadas de forma desigual pelas guildas. Eram raras as guildas específicas femininas ou que admitiam mulheres. Em geral, as organizações eram sempre dominadas por homens. Mesmo uma profissão historicamente dominada por mulheres, como, por exemplo, as parteiras, não tinha sua própria guilda, mas pertencia à guilda dos cirurgiões. As mulheres, embora frequentemente trabalhassem ao lado de homens em manufaturas como fiação, polimento de metais e preparação de alimentos, raramente alcançavam status de mestra. Geralmente, nas guildas, as mulheres trabalhavam sob a tutela de um parente do sexo masculino ou do seu marido. No entanto, à viúva de um mestre que já tivesse trabalhado ao lado de seu marido falecido, era permitido continuar coordenando os negócios da guilda (Cartwright, 2018, s. p.).

É de central importância que se analise o contexto social e as consequências dessas transformações dos meios de produção e das relações sociais com o meio no qual as pessoas viviam. As guildas surgiram dentro de um contexto político e social, por um lado, intervieram na sociedade, mas, por outro, receberam influências do meio. Essa análise será feita na sequência.

GULDAS MEDIEVAIS: CONTEXTO HISTÓRICO/SOCIAL

Conforme o que já foi visto anteriormente neste artigo, o surgimento das guildas é reflexo de outros movimentos que ocorreram na Europa naquela época de início de segundo milênio da era cristã, por exemplo: as Cruzadas; a crise do absolutismo e do sistema feudal; a formação das monarquias nacionais e o surgimento da burguesia⁴. O movimento de criação das guildas contribuiu para acelerar a transição do sistema feudal agrário, para um

⁴ Sobre essa efervescência social, Leo Hubermann, no livro *História da riqueza do Homem*, faz uma análise muito pertinente. HUBERMANN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar. 1985. p. 25ss.

sistema capitalista e urbano. O contexto histórico tem como moldura a insatisfação das pessoas trabalhadoras dos feudos com as condições de vida e de trabalho. Esse fator determinou a busca de condições de vida melhor nos burgos - cidades medievais fortificadas (Souza, 2024, s. p.).

Este recorte histórico é, portanto, um período marcado, sobretudo, pela transição de um sistema feudal e agrário, no qual a Igreja era a maior proprietária de terras (Hubermann, 1985. p. 22), para um sistema capitalista e urbano. As Guildas se desenvolveram junto com esse processo de ascensão comercial e urbano que ocorreu no mesmo período. Elas tinham um papel muito importante na proteção dos interesses e na manutenção dos privilégios conquistados por uma determinada classe de pessoas artesãs. A produção artesanal se desenvolveu conforme cresceu a demanda do comércio⁵, que promoveu o aumento gradual de necessidades de bens manufaturados. Esse processo, por sua vez, desenvolveu as cidades e fomentou a organização das corporações de comerciantes e artesãos (Neves Silva, 2024, s. p.).

Essas pessoas trabalhadoras dos burgos - os burgueses⁶ - aos poucos começaram a se organizar e, assim, deram início ao desenvolvimento do comércio, à concentração demográfica nas cidades fortificadas e ao aparecimento da moeda de troca. A partir disso, com o crescimento do comércio e da economia, as pessoas das guildas de diversas áreas começaram a se organizar para defender interesses econômicos e profissionais. Nesse contexto, surgiu um sistema capitalista primitivo, cujo principal objetivo era o lucro. Essa burguesia mercantil, influenciada pelas características mercantilistas fez surgir uma nova mentalidade: a mentalidade burguesa (Souza, 2024. s. p.). Trata-se de um período, alguns séculos antes da Revolução Industrial, no qual o trabalho das pessoas artesãs era totalmente

⁵ Em relação à expansão comercial e o aumento populacional dos centros urbanos, Jônatas Batista Neto, no livro *História da baixa idade média*, escreve: “Com o crescimento do comércio, começam a circular as moedas. A cunhagem de moedas era, em princípio, um direito regalo (ou seja: do rei, dos poderes públicos), assim como a exploração de minas, a administração da justiça e o comando dos exércitos. Com a feudalização da sociedade, tudo isso, como se sabe, caiu nas mãos dos particulares.” BATISTA NETO, Jônatas. *História da baixa idade média*. São Paulo: Ática. 1989. p. 97.

⁶ Le Goff observa sobre o termo burguês que: “Não se deve esquecer, em primeiro lugar, que o termo *burguês*, após um período de flutuação linguística, passou a designar, de maneira bastante geral, nos séculos XIII e XIV, tanto nas cidades de comuna como nas de simples franquias, uma categoria jurídica frequentemente definida pelo pagamento de uma taxa, o direito de burguesia, a única habilitada a beneficiar-se de certos privilégios, sobretudo de ordem econômica, e a única chamada a desempenhar um papel político institucional.” LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 164.

manual. O nascedouro da indústria se deu com esse processo de fabricação de utensílios em escala limitada (Góes Filho, 2017, p. 39).

A economia da Europa, que antes era majoritariamente rural e dependente da agricultura, passou por uma grande transformação. A comercialização dos produtos agrícolas acelerou o crescimento das cidades. A vida nas cidades, por sua vez, impulsionou o aumento dos ofícios e de novas formas de sobrevivência. A economia se diversificou, e as pessoas trabalhadoras passaram a ter a possibilidade de sobreviver do comércio e do artesanato⁷. Essa burguesia mercantil, influenciada por características mercantilistas, ou seja, pelo controle estatal da economia, pelo monopólio e pelo protecionismo, criou uma nova mentalidade: a burguesa. A partir disso, com o crescimento do comércio e da economia, as associações de diversas áreas começaram a atuar com a finalidade de defender interesses econômicos e profissionais (Neves Silva, 2024, s. p.).

Na medida em que a demanda do mercado cresceu, surgiu a necessidade e a oportunidade de organizar as unidades fabris artesanais com a finalidade de evitar a concorrência e de formar mão de obra especializada em determinado produto artesanal. Assim, surgiram as guildas medievais. A produção artesanal só podia ser feita, nesses burgos, por meio das guildas e somente pessoas membros da corporação podiam exercer a profissão. E só havia um caminho para o ingresso na mesma: o do aprendizado, ou seja, por meio da mentoria (Góes Filho, 2017, p. 39).

Especialmente a partir dos séculos XV e XVI, houve um crescente número de pessoas que proporcionavam para as sociedades os utensílios, as máquinas, as matérias-primas, as armas e munições. Esse fato gerou a circulação cada vez maior de moedas, que aumentou o consumo e, conseqüentemente, a própria produção. Assim, a massa de capitais colocada em circulação cresceu continuamente o que favoreceu o surgimento do burguês capitalista que possui, desde o início, o espírito de empresa, o afã do risco e da conquista (Bidegáin, 1993, p. 22).

O sistema de guildas fermentou o surgimento, alguns séculos mais tarde, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, da escala de produção industrial,

⁷ Le Goff afirma que “comércio e artesanato são, evidentemente, inseparáveis e seu desenvolvimento comum repousa nos excedentes rurais e na imigração dos camponeses para a cidade”. Trata-se, portanto, de uma “simbiose de artesanato-comércio.” (Le Goff, 1992, p. 63).

que, progressivamente, passou a dominar a fabricação de bens de consumo. A partir daquele contexto histórico da revolução industrial, a produção passou a ser dividida em tarefas: cada pessoa trabalhadora, ou grupo, passou a se ocupar somente com uma tarefa, perdendo a noção do todo. A pessoa operária não mais se ocupava em fazer um objeto, em companhia, e sob os ensinamentos e a mentoria de uma companheira ou mestre, como acontecia antes, nas guildas. As pessoas operárias não precisavam mais de mentoria porque não precisavam mais conhecer o processo fabril, o seu trabalho passou a ser mecânico e repetitivo (Góes Filho, 2017, p. 42-43).

Esse fracionamento impôs uma direção, um controle, que é exercido por uma pessoa distante que fica à frente da fábrica e que não é especialista em manufatura, e frequentemente, é representado por pessoas chefes de setores de trabalho que comandam a produção. Com isso, acontece a generalização da prática da divisão do trabalho e a competição se torna aguda, inclusive entre as pessoas trabalhadoras. Acentuou-se, com isso, a exploração da mão de obra com pagamento de salários injustos e, inclusive, abriu-se caminho para a exploração do trabalho de crianças pobres (Góes Filho, 2017, p. 43).

Até aqui a pesquisa se ocupou em descrever e analisar a organização das guildas e as transformações na sociedade em seu tempo. Esse estudo inicial, serve de base a partir do qual se trará as reflexões teológicas feitas por Martim Lutero, no contexto da Reforma Protestante, sobre a sociedade e as relações de trabalho: Igreja, economia e política. Esse será o assunto na sequência.

CONTEXTO SOCIAL DE CRISE QUE INFLUENCIOU A REFORMA PROTESTANTE

Antes de verificar a teologia de Lutero, é necessário analisar que a efervescência das transformações dos meios de produção que as guildas promoveram, não foi somente benéfica; mas, também, trágica para as relações sociais. Essas transformações promoveram e aprofundaram a crise, a pobreza e a falta de perspectivas. Neste contexto histórico, a Igreja também passou por profundas crises e sofreu questionamentos pertinentes. Esse contexto que será analisado terá grande importância para desencadear o movimento da Reforma Protestante.

O contexto social que havia na Europa nesta fase de fim da Idade Média, tempo nos quais se desenvolveram as guildas, era de melancolia e depressão. Por volta do final de século XV, por exemplo, Jean Meschinot (Huizinga, 1956) escreveu sobre os sentimentos e as percepções sociais da época:

Ó vida miserável e demasiado triste! [...] Sofremos guerra, morte e fome; frio e calor, noite e dia, sugam nossa força; pulgas sarnas e vermes fazem guerra contra nós. Por isso, tem misericórdia, Senhor, de nós, pessoas ímpias, cuja vida é muito curta.

Carter Lindberg (2017, p. 49–51) destaca que a crise na Europa teve uma série de acontecimentos dramáticos, especialmente a partir de meados do século XIV, com o início da Guerra dos Cem Anos e o surgimento da grande peste que trouxe pobreza, fome e insegurança. Estima-se que cerca de 30% da população europeia tenha morrido em consequência da chamada peste negra⁸. Uma das consequências sociais sentidas a partir desse tempo histórico foi o crescimento extraordinário na urbanização, atraindo pessoas desesperadas para as cidades. O surgimento de aglomerados urbanos e cidades trouxe a esperança de uma mobilidade social por parte das pessoas empobrecidas. Neste contexto houve a mudança da economia natural para uma economia monetária, que provocou o surgimento da necessidade de mão de obra artesã especializada, o aumento do comércio e o desenvolvimento de novas tecnologias de produção de bens e serviços⁹.

No entanto, grande parte da população das cidades foi excluída dos processos de modernização da economia. As pessoas que não trabalhavam nas guildas, que eram as associações de artesãos que monopolizavam a contratação de mão de obra especializada, eram reduzidas a mendigas, ou recebiam proventos muito baixos e não conseguiam manter de forma adequada as condições de vida digna. O individualismo, estimulado pelo Renascimento, contribuiu para a erosão do senso de comunidade cristã que fora criado ao longo da história.

⁸ Sobre a peste negra, veja WACHHOLZ, Wilhelm. *Se é Permitido Fugir diante da Ameaça e Morte?*; Lutero e a epidemia da peste em Wittenberg. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, ano 60, n. 2, p. 372-389, 2020. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/44/35. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁹ Sobre comércio, sistema monetário, bancos, letras de câmbio, juros e usura, veja LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 96-97.

Essa melancolia, que já vinha sendo percebida nos séculos anteriores, persistiu durante ao século XVI. A vida humana era permeada por sentimentos de ansiedade. O medo do julgamento divino aprofundava a sensação de insegurança e de medo. O medo do pecado, da morte e do diabo era profundo e influenciava a vida e a mentalidade das pessoas no fim da época medieval. Há inúmeros estudos e livros que falam desse período como uma era de crise (Wachholz, 2020, p. 377-379, 381-383, 386-387).

Aline Zim e Erinaldo Sales (2020, p. 64) chamam atenção de que havia uma relação, na Idade Média, entre a moralidade cristã e a moralização do trabalho. A moral cristã era uma forma de manter a hierarquia e a autoridade interna na guilda. No entanto, a economia feudal foi sendo transformada para uma forma inicial de capitalismo que, por sua vez, minava a ideia tradicional de sociedade como corporação sacra – *corpus Christianum* - na qual cada pessoa era eticamente responsável por todas as demais (Lindberg, 2017, p. 59).

Em meio a esse contexto social, a Reforma Protestante irrompeu, suscitando mais transformações sociais e teológicas. A Reforma se valeu da percepção das pessoas medievais que entendiam a religião como prática pública, corporativa, não privada ou individualista. A religião, com isso, era a chave tanto para a preservação do passado quanto para a libertação dele (Lindberg, 2017, p. 60).

O surgimento da nova economia monetária criou novas tensões e novos problemas sociais e religiosos. No período da Reforma, as cidades estavam profundamente marcadas pela desunião, facção e desconfiança mútua decorrente de seu crescimento e das mudanças econômicas que elevaram as tensões sociais. A expansão comercial havia criado novas riquezas e, também, mais pobreza. Estava cada vez mais transparente de que a nova economia do lucro e da centralização política entrava em conflito com a ideia tradicional da comunidade urbana como uma corporação sagrada (Lindberg, 2017, p. 64).

A nova economia trouxe consigo o surgimento de pessoas e de pequenos grupos atinados que passaram a se dedicar a obter riqueza e poder político, resultando em novos valores e facções políticas, desafiando os valores antigos. A moralidade tradicional foi incapaz de acompanhar o desenvolvimento urbano monetário. A nova economia do lucro afetou todas as bases sociais na época: a Igreja, as instituições, os grupos, as áreas e as ideias da sociedade medieval. Afetou, inclusive, o tamanho das comunidades e as relações

humanas partilhadas. O tamanho cada vez maior das cidades afetou a qualidade de vida urbana. O dinheiro passou a dar valores diferenciados ao tipo de trabalho que as pessoas faziam. A antiga moralidade cristã não tinha mais a mesma influência e relevância na vida das pessoas nas novas realidades urbanas (Lindberg, 2017, p. 65).

Este período da Idade Média é profundamente marcado pela imbricação mútua entre a religião e a política. A concepção de comunidade política cristã - *corpus Christianum* – aprofundava essa relação ao ponto de não ser mais possível estabelecer uma diferenciação entre ambas as instituições; se concebia a relação estreita e inseparável entre os entes: religião e política (Wachholz, 2010, p. 13). Essa organização social está estreitamente relacionada ao conceito de cristandade, ou seja, à compreensão de um todo político e social, um corpo dividido em estamentos, dirigido por um braço espiritual e outro secular, com duas cabeças: o papa e o imperador (Dreher, 2013, p. 229).

A nova moralidade empreendedora, contabilista e cumulativa – ou seja, a ética capitalista e não a ética protestante – infectou relações interpessoais e religiosas. O individualismo recém-descoberto trouxe consigo o estímulo a um senso inebriante de liberação, mas também uma insegurança mórbida de terror diante da perda do “eu” em face da morte (Lindberg, 2017, p. 66).

No século XVI se manifestaram muitos desdobramentos na área da economia. Houve um considerável desenvolvimento dos grandes mercados internacionais. Foram, com isso, criadas grandes companhias comerciais e financeiras. A proibição de empréstimos a juros, que tinha sido imposta pela Igreja no século XIII, começou a ruir nos séculos XIV e XV. A prática da penhora, o comércio bancário e os juros permitidos pelos estados faziam o dinheiro render frutos (Lienhard, 1998, p. 202). Jacques le Goff escreveu a respeito do assunto:

O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita (Le Goff, 1984, p. 6).

É dentro desse quadro econômico, religioso e social que a Reforma Protestante de Martin Lutero traz um olhar diferente para as comunidades. Por isso, a Reforma não poderia ter sido restrita somente às questões teológico/religiosas, pois a religiosidade permeava todos os segmentos sociais. A forma com a qual Lutero refletiu sobre as relações da pessoa cristã com o trabalho, a sociedade e a economia serão analisadas na sequência.

LUTERO: O TRABALHO, A ECONOMIA E A SOCIEDADE

Lutero balançou as estruturas do mundo medieval, especialmente da Igreja, ao reafirmar uma das principais consequências da fé no evangelho: a liberdade cristã. Com isso, se estabelece a liberdade de consciência da pessoa, ou seja, de decidir por si própria, começando em questões de fé (Zwetsch, 2016, p. 5).

No que tange à economia e às finanças, Lutero produziu alguns escritos a respeito do assunto. Em 1519 escreveu *“Um sermão (breve) acerca da usura”*¹⁰; no ano seguinte produziu *“Um sermão (extenso) acerca da usura”*; em 1524, um texto que trata de *“Comércio e usura”*; em 1525 redigiu orientações sobre o assunto a pedido do conselho da cidade de Dantzig e, em 1540, uma exortação *“Aos pastores para que preguem contra a usura”* (Lienhard, 1998, p. 203).

No texto de 1524, sobre *Comércio e usura*, ele defendeu o comércio, afirmando que não se pode dispensar a compra e a venda, pois são atividades necessárias. No entanto, criticou a importação de produtos vindos de Calcutá e da Índia que, para ele, servem somente para ostentação, não têm utilidade e sugam o dinheiro do país e das pessoas. O seu propósito ao falar sobre comércio e economia, conforme ele mesmo escreveu, era o de alertar sobre os abusos e o pecado do consumo excessivo, evitar o prejuízo ao bolso das pessoas e alertar os príncipes e senhores para que cumpram a sua obrigação para regular a política de comércio (Lutero, 2015, p. 377-378).

Por outro lado, em sua forma de conceber as relações de trabalho, Lutero estabeleceu a sua percepção de sociedade a partir do conceito de vocação. Para tal, ele

¹⁰ Jacques Le Goff destaca que “a formidável polêmica em torno da usura constitui de certo modo ‘o parto do capitalismo’”. Le Goff, 1984, p. 5. Sobre como a Igreja lidou com a nova economia, veja Le Goff, 2008, p. 98-104.

cunhou o termo alemão *Beruf*, que designa tanto as atividades profissionais e os ofícios que são realizados no cotidiano social, quanto o ofício da pregação, do ministério eclesiástico. Vocação e criação andam juntas, para Lutero. É Deus que, com seu poder sustentador, coloca as pessoas nas mais diversas atividades de vocações e de ofícios.

Não há diferenças hierárquicas de mérito entre a vocação no trabalho eclesiástico e no trabalho secular. Uma categoria não é superior à outra – ambas são dignas aos olhos de Deus. Com isso, Lutero estabelece uma crítica à doutrina romana que diferencia em termos de valoração os trabalhos espiritual e secular. Para Lutero, é a fé – que precede, ou não, as ações que são praticadas - e não a forma externa do trabalho, que determina se ele está a serviço de Deus.

Assim, se compreende que todos os trabalhos, até os considerados mais humildes, se forem feitos com fé e com boa consciência, são mais agradáveis a Deus do que aquelas “obras” definidas como “boas” pela própria pessoa. Significa que a pessoa recebe a bem-aventurança pela fé e não pelas obras (Hägglund, 2016, p. 186). Essa teologia, certamente, foi de grande importância para dentro daquela sociedade na qual o trabalho profissional era feito nas guildas, pois dá dignidade a toda a pessoa trabalhadora.

Lutero defendia que nenhuma pessoa deveria, apoiada na fé em Cristo e na graça de Deus, permitir que outra pessoa dominasse sua consciência. Uma autoridade deve ser respeitada e obedecida somente no que lhe diz respeito à ordem externa da vida em sociedade; ela jamais pode interferir ou querer dominar a consciência das pessoas ou seus corações: isso pertence somente a Deus e sua misericórdia (Zwetsch, 2016, p. 5).

Nesse sentido, o objetivo do *Beruf* – vocação/profissão – é o de servir à pessoa próxima. O auxílio mútuo é a alvo mais elevado do trabalho que é realizado por qualquer pessoa em qualquer posição em que ela estiver – dessa forma os mandamentos de Deus são cumpridos. Em sua vocação a pessoa cristã percebe inúmeras possibilidades de realizar “boas obras” que são consequência da graça de Deus que as permite, dá condições e as possibilita. É essencial lembrar que a vocação não está restrita aos trabalhos remunerados, mas abrange toda a realidade da pessoa. Ela é vocacionada não apenas para ser agricultora, tecelã ou artesã; mas também para ser mãe/pai, filha/filho, cidadã/cidadão ou membro de uma comunidade de fé (Hägglund, 2016, p. 187).

Por meio da sua vocação a pessoa coopera com Deus, ou seja, por meio dela o ser humano é um instrumento da atividade divina sustentadora. Ao exercer a sua vocação, o ser humano faz algo de útil à pessoa próxima, e Deus, por intermédio disso, revela a sua bondade e providência. O contrário também acontece, ou seja, trata-se de uma via de mão dupla: o sujeito recebe boas dádivas por meio de outras pessoas que executam as atividades que são incorporadas em sua vocação. Deus opera através das pessoas para beneficiar a sociedade e o mundo através do cumprimento fiel da vocação de cada ser humano. Logo, o ser humano não necessita realizar tarefas especiais, religiosas ou não, com a finalidade de aumentar o beneplácito divino, apenas é chamado para realizar as tarefas que lhe são apresentadas como parte de sua vocação – sem pedir nada em troca ou esperar méritos, mesmo de Deus que salva pela sua graça (Hägglund, 2016, p. 187).

O conceito de vocação de Lutero implica em dois elementos: a) que o trabalho é considerado o cumprimento do mandamento divino e, para tal, a pessoa precisa submeter-se a obedecer a vontade de Deus e dele receber toda a ajuda; b) que as sociedades humanas precisam se organizar de tal forma que as diferentes atividades profissionais cooperem para o bem de todas as pessoas, pois é serviço prestado de forma mútua onde todas as pessoas espalham – e recebem - as boas dádivas de Deus (Hägglund, 2016, p. 187).

O conceito de vida em sociedade é perpassado, na teologia de Lutero, pela compreensão de interdependência humana em forma de três categorias amplas: os três estamentos. Lutero concebe os três estamentos da seguinte forma: o primeiro - *oeconomia* - é o estamento doméstico, que envolve o matrimônio, a família e a produção/economia; o segundo - *politia* - é o estamento secular, da política, que engloba a sociedade e a política; e o terceiro - *ecclesia* - abrange a igreja como instituição terrena, institucional e o ministério sacerdotal, no entanto o seu caráter espiritual também precisa ser incluído neste último estamento.

Lutero entende que a pessoa pertence, simultânea ou intercaladamente nos três estamentos. Ela pertence ao primeiro estamento como pai, mãe, servo ou criada; ao segundo, como cidadão e súdito ou como autoridade; e ao terceiro, como ministro, capelão, sacristão ou servo semelhante e como criatura a quem Deus dirige sua palavra. Os três estamentos perpassam a vida humana porque a pessoa nasce do matrimônio, é julgado pelo

Estado e é tornada bem-aventurada pelo evangelho, que é pregado pelo sacerdócio (Luther, 1959, p. 143-144; Wachholz, 2017, p. 15, 23-24).

Desse conceito se deduz que a proposta de Lutero foi muito válida dentro daquele contexto social no qual as relações de trabalho, poder e economia perpassavam as relações sociais e religiosas. As três categorias, ou três estamentos, como conceito de sociedade e de relações de poder, subsidia a pergunta pela ética individual e social e de como a pessoa cristã pode ser cooperadora ativa na sociedade através de “boas obras”. Além disso, os estamentos auxiliam no sentido de promover parâmetros sociais que se tornaram tão essenciais naquele contexto de grandes transformações e crises de valores (Wachholz, 2017, p. 14-29).

Também no conceito de trabalho, de economia e de sociedade em Lutero pode-se refletir sobre a queda no pecado e da forma como ele afeta a boa criação de Deus em sua totalidade. O pecado humano, necessariamente, precisa passar pelo perdão oferecido por Cristo que, por meio de sua morte de cruz e ressurreição, traz a reconciliação, sendo ele o único mediador entre Deus e o ser humano. A pessoa pecadora impregna a sociedade e o mundo do pecado humano e, por isso, também são dependentes da graça de Deus que concede a reconciliação.

Essa reconciliação torna o ser humano capaz de se tornar um cooperador com Deus, em benefício da sociedade e, também, de toda a criação. Por isso, Lutero compreende que o pertencimento que se dá através dos três estamentos supera um simples existir numa relação passiva com o mundo. Antes, torna a pessoa um “ser para”. Em última análise, o “ser para”, faz surgir o tema da ética cristã, para Lutero e, essa, por sua vez, torna o ser humano, pela fé em Cristo, cooperador com Deus. Por meio da cooperação do ser humano, Deus governa o mundo por meio de seus dois regimentos: o espiritual e o secular (Wachholz, 2017, p. 16). O amor cristão é resultado dessa reconciliação que Deus, graciosamente, faz surgir na sociedade e no mundo por meio do ser humano perdoado:

Acima dessas três instituições ou ordens está somente a instituição universal do amor cristão, na qual não se serve apenas àquelas três ordens, mas também, de uma forma geral, a qualquer necessitado com todo tipo de benefícios, tais como: alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, perdoar aos inimigos, rogar por todos os homens na terra, suportar todo

tipo de mal na terra etc. Vê, todas essas obras são santas e boas. Mesmo assim, nenhuma dessas instituições se constitui em caminho de salvação; acima de todas elas permanece o caminho único, ou seja, a fé em Jesus Cristo. Pois há uma grande diferença entre ser santo e ser salvo. Salvos seremos apenas por Cristo. Santos nos tornamos pelas duas coisas, pela fé e por essas instituições e ordens divinas. Até os ateus podem ter muita coisa de santo, mas nem por isso são salvos. Pois Deus quer essas obras de nós para seu louvor e para sua honra; e todos aqueles que estão salvos na fé em Cristo praticam tais obras e respeitam essas ordens (Lutero, 1993, p. 371).

A ação salvífica de Deus, que encontra a sua expressão máxima na cruz de Cristo, é o ato que sela a reconciliação do ser humano com Deus. A cruz é, por um lado, a árvore da morte, que é a Lei, mas por outro, é a árvore da vida que é o Evangelho de Cristo. A cruz de Cristo é, portanto, a revelação de Deus em Lei e Evangelho (Lutero, 2014, p. 204).

A pessoa cristã, por meio da fé, testemunha, na esfera dos três estamentos - *oeconomia, politia e ecclesia* - a esperança da restauração da própria vida e da criação como um todo, tornando a sociedade mais justa e as relações humanas mais éticas. Essa interpretação de Lutero concebe o ser humano cristão como servidor livre e cooperador com Deus, com isso é possível vislumbrar uma nova mundanidade (*Weltlichkeit*) que já se torna uma realidade a ser vivida na fé e na promessa do novo tempo (Lutero, 2014, p. 132, 137).

Mesmo com o que foi analisado até aqui, não se pode afirmar que Lutero tenha esboçado uma doutrina, propriamente dita, dos dois reinos ou regimentos, no entanto, ele defendia que Deus governa o mundo através dos regimentos secular e espiritual. Por meio dos estamentos e dos seres humanos e seus ministérios, Deus promove a preservação da criação. O conceito “estamentos” é usado por Lutero para se referir à sociedade em sua dimensão cultural e à cooperação mútua das pessoas cristãs.

Por outro lado, quando descreve os dois regimentos, Lutero o faz no sentido de apresentar para as pessoas cristãs a questão da autoridade e do uso da força, ou seja, os estamentos se relacionam à sociedade na perspectiva cultural, e os regimentos estabelecem a legitimidade da autoridade na perspectiva do Estado. Os regimentos são concebidos em

perspectiva de teoria política ou teológica e os três estamentos como pregações de admoestação e de ensino para as pessoas cristãs (Wachholz, 2017, p. 20).

O reino espiritual não é um ente especial, nem o secular é totalmente profano, ou seja, autônomo da vontade de Deus. Assim, as autoridades seculares precisam representar o poder do próprio Deus e, isso, inclusive significa que uma autoridade que não tenha fé em Deus pode ser usada para levar a misericórdia Dele para as pessoas que lhe são confiadas. No entanto, ambos os reinos também estão expostos ao pecado humano e correm o risco de serem coordenados por pessoas corrompidas em seus papéis de cuidado. Também para esses, Deus estende o seu chamado ao arrependimento e ao perdão com a finalidade de restabelecer a sua vontade (Hägglund, 2016, p. 188).

Lutero defende, no que concerne à convivência do ser humano em sociedade, a necessidade de haver uma autoridade hierárquica que estabelece as regras das relações econômicas e comerciais. As pessoas devem obedecer a essa autoridade, pois, a partir do pecado, a sociedade não está mais se desenvolvendo no paraíso (Stümke, 2007, p. 213). No entanto, não se pode cometer o reducionismo na compreensão da ética política de Lutero, ela não se resume a obedecer a autoridade. É necessário fazer a conjugação entre a obediência e a cooperação com as autoridades estabelecidas. Uma compreensão equivocada e unilateral dessa concepção de Lutero sobre os dois regimentos pode resultar no perigo da defesa de um Estado prepotente, autoritário e não democrático. Mesmo que no pensamento de Lutero não se tenha ainda o moderno pensamento democrático, ambos os elementos - a obediência e a cooperação mútua - fundamentam sua concepção de ética política em perspectiva de uma ética da paz (Bayer, 2007, p. 106-108).

Deus governa ambos os entes, o espiritual e o secular, essa é uma das formas da contínua manifestação da criação divina e do cuidado amoroso de Deus para com a sua criação, especialmente com o ser humano. Apesar de Lutero traçar uma linha demarcatória entre os reinos para que não se sobreponham, ele também os aproxima: ambos estão incluídos na Palavra de Deus, pois também a autoridade secular foi constituída pela Palavra e pelos mandamentos de Deus. Na esfera espiritual, Deus opera, pelo Evangelho, para salvar a humanidade e, na secular, age por meio da Lei e estimula as pessoas a viver de maneira sociável, a fim de contribuírem para o bem-estar geral com a finalidade que a vida digna de

todos os indivíduos seja respeitada por meio da justiça social (Hägglund, 2016, p. 187; Bayer, 2007, p. 90).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo se buscou explorar as mudanças sociais que fermentaram a sociedade até chegar na Reforma Protestante. As guildas, por um lado, influenciaram as mudanças sociais e, por outro, foram influenciadas neste processo social. Elas se constituíam de três níveis hierárquicos (“estamentos”) de pessoas: mestres, companheiros e aprendizes. Percebe-se, portanto, uma valoração de méritos nesta segmentação. Lutero também concebeu a sociedade a partir de estamentos: Igreja, economia e política. Contudo, a cooperação com Deus através destes estamentos não confere méritos especiais, muito menos, na comparação de um estamento com outro.

Lutero buscou fazer teologia para, a partir dela, compreender o mundo, mas, especialmente, produzir as mudanças necessárias visando à qualidade e dignidade de vida, pois o propósito de Lutero era apontar para a centralidade de Cristo, que perpassa todas as relações sociais, promovendo a salvação. Para isso, é necessário compreender os escritos de Lutero em seu tempo existencial, imerso num contexto cultural, religioso, social, políticos e econômico. Esse exercício, necessariamente, traz à tona as limitações e as imperfeições de suas reflexões. Para tudo isso, no entanto, o critério hermenêutico de Lutero precisa, ainda ser aplicado, inclusive a seus próprios escritos: “*was Christum treibet*”, ou seja, “o que promove a Cristo” (Gaede Neto, 2020, p. 269).

No escrito ‘*Magnificat*’, Lutero elabora uma espiritualidade cristã da humildade autêntica, realista e libertadora. Essa forma de espiritualidade desafia as pessoas a olharem para baixo, para a miséria humana, porque Deus olhou para essa miséria humana e interveio na realidade através da anunciação de Jesus Cristo:

[...] ninguém quer olhar para baixo. Lá tem pobreza, desonra, miséria, desgraça e angústia. Todo mundo desvia o olhar disso. Todos se afastam de pessoas dessa espécie. Evitam, rejeitam e abandonam essa gente, e ninguém se lembra de lhes ajudar e de trabalhar para que também sejam alguém. [...] Por isso, somente Deus consegue ver as coisas dessa maneira, olhando para baixo, para a miséria e a desgraça. Ele está junto a todos os

que estão no fundo do poço, como diz Pedro: ‘Resiste aos soberbos, aos humildes concede a sua graça’ (1 Pedro 5.5). Essa experiência gera o amor a Deus e seu louvor (Lutero, 1999, p. 14 ss).

Esse é o compromisso de Lutero ao conceber as relações de trabalho, da economia e da política em um tempo no qual as guildas não conseguiram fazer frente aos problemas da exclusão social. Neste contexto, para Lutero, era importante ressaltar que o *homo oeconomicus* é um instrumento da boa obra de Deus, por meio do serviço contínuo da criação; esse serviço produz e reproduz condições dignas de viver no mundo. Isto confere dignidade ao ser humano, mesmo ao mais humilde, e lhe dá a condição de “servidor (colaborador) de Deus” (Westhelle, 2013, p. 329).

Para Lutero, a esfera política não tem autonomia, mas está ligada ao âmbito do lar, da casa, do *oikos*, isto é, da economia (do grego *oikonomos*). Nessa compreensão, a política existe com o objetivo de alcançar a justiça econômica, sendo que a ela cabe administrar as relações de poder. O trabalho e a economia representam a fundamentação material do poder. Caso a política não administrar de forma adequada a justiça nas relações de poder, ela está distorcida e corrompida (Westhelle, 2013, p. 330).

Percebe-se claramente que, na teologia de Lutero, a economia não é composta somente de matemática e de números neutros e objetivos. Ela está umbilicalmente ligada à política - o processo inverso também acontece. A partir da visão de Lutero, se deduz que a administração autônoma da sociedade não pode ficar somente nas mãos de pessoas economistas. Por outro lado, a esfera política também precisa ser controlada, para que atinja o objetivo de administrar a sociedade para que haja paz, justiça e bem-estar da população (Zwetsch, 2016, p. 10).

As pessoas cristãs, pela fé e pelo amor, são libertas do egoísmo e se percebem como criaturas na relação com seu Criador e, com isso, suas cooperadoras. Pela fé, estas pessoas recebem uma identidade “excêntrica”, isto é, de fora para dentro. A fé tira o ser humano de seu centro e o coloca em outro centro: Cristo - assim, ele se torna cristocêntrico. O amor, por sua vez, desincumbe o ser humano da escravidão do seu próprio egoísmo e o coloca, em um segundo centro, fora de si, de forma que as outras pessoas se tornam efetivamente próximas (*Mitmenschen*) e a criação passa a ser cocriação (*Mitschöpfung*). Pela fé, a pessoa

cristã é tornada cristocêntrica e pelo amor, alterocêntrica, isto a leva viver uma nova mundanidade recebida de Deus (Wachholz, 2017, p. 27).

REFERÊNCIAS

- BATISTA NETO, Jônatas. *História da baixa idade média*. São Paulo: Ática. 1989.
- BAYER, Oswald. *A teologia de Martim Lutero; uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BIDEGÁIN, Ana Maria. *História dos Cristãos na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARTWRIGT, Mark. Medieval Guilds. In: *World History encyclopedia*. 14 nov. 2018. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Medieval_Guilds/. Acesso em: 07 fev. 2024.
- DREHER, Martin Noberto. *História do povo de Jesus: uma leitura latinoamericana*. São Leopoldo: Sinodal, 2013.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense. 2001.
- GAEDE NETO, Rodolfo; STUMPF, João Henrique; PAGUNG, Daniel. Fé e política: uma introdução ao pensamento político de Martim Lutero. *Paralellus*, Recife, v. 11, n. 27, mai./ago. 2020, p. 257-273.
- GÓES FILHO, Joaquim Faria. A Tradição Histórica da Aprendizagem Industrial. *Revista do Serviço Público*, 95(2), p. 39-52, 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2951/1776>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. 8. Ed. Porto Alegre: Concórdia. 2016.
- HUBERMANN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar. 1985.
- HUIZINGA, Johan. *The waning of the Meddle Age: a study of the forms of life thought and art in France and the Netherlands in the dawn of the Renaissance*. Garden City: Doubleday Anchor. 1956.
- LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida: Economia e religião na Idade Média*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: <file:///C:/Users/eloir/Downloads/Le%20Goff%20A%20Bolsa%20e%20a%20Vida.pdf>. Acesso em 03 jul. 2024.
- LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LIENHARD, Marc. *Martim Lutero: tempo, vida e mensagem*. São Leopoldo: Sinodal. 1998.
- LINDBERG, Carter. *História da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017.
- LUTERO, Martinho. Da Santa Ceia de Cristo – Confissão. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4, 370-371.

Wilhelm Wachholz; E. E. Weber – Trabalho, economia e sociedade...

LUTERO, Martinho. Comércio e Usura (1524). In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2015. v. 5. p. 376-428.

LUTERO, Martin. *O louvor de Maria - O Magnificat*, 1521. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1999.

LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12, p. 53-530.

LUTHER, Martin. *Tischreden*; Ausgewählt und eingeleitet von Karl Gerhard Steck. München: Wilhelm Goldmann, 1959.

NEVES SILVA, Daniel. Baixa Idade Média. In: *Mundo Educação*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/baixa-idade-media.htm>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da idade média*. São Pulo: UNESP, 2000.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

SENNETT, Richard; tradução de Clóvis Marques. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Thiago. Guildas Medievais: o que foram, história e significado. In: *Toda Matéria*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/guildas-medievais/>. Acesso em 04 fev. 2024.

STÜMKE, Volker. *Das Friedensverständnis Martin Luthers: Grundlagen und Anwendungsbereiche seiner politischen Ethik*. Stuttgart: Kohlhammer, 2007.

WACHHOLZ, Wilhelm. *História e teologia da Reforma*: introdução. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

WACHHOLZ, Wilhelm. O Ser Humano Cooperador com Deus: ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martin Lutero. *Estudos Teológicos*. São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 14-29. jan./jun. 2017.

WESTHELLE, Vítor. Poder e política: incursões na teologia de Lutero. In: HELMER, Christine (Ed.). *Lutero – um teólogo para tempos modernos*. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2013.

ZIM, Aline; SALES, Erinaldo. Arquitetura e artesanato digital. *Revista Estética e Semiótica*. Vol. 10, nº 2, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/eloir/Downloads/kothe,+4+ZIM+E+SALES%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/eloir/Downloads/kothe,+4+ZIM+E+SALES%20(2).pdf). Acesso em: 01 fev. 2024.

ZWETSCH, Roberto E. Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos. *Cadernos Teologia Pública*. Ano XIII, Vol. 13, nº 113. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2016.

ABSTRACT:

Martin Luther's theology is the result of a social and religious process that developed over the course of several centuries. This process was influenced by various social issues: the guilds, which were trade organizations, played a very important role in this changing society. They developed in a context of a crisis of values and social identity, which was driven by various phenomena, contributing to the transition from the agrarian feudal system to the beginning of a capitalist and urban system. Values that had previously been unquestionable began to be challenged. In this environment, the Protestant Reformation emerged, based on the idea that a person receives happiness through faith and not through actions, which contrasts with the logic practiced by the guilds. In his reflections on society, Luther argued that Christian people lived in the world and witnessed their faith in three spheres: *oeconomia*, *politia* and *ecclesia*. Through these spheres, communion with God finds its existential expression and, in them, there is also reflection on social ethics and the dignity of every working person. The term *Beruf*, coined by Luther, has at its core the concept that Christian people become cooperators with God in building a new mundanity.

Keywords: Economies; Societies; Guilds; Luther.

Recebido em 29/07/2024.

Aprovado para publicação em 25/09/2024.